

POLICY BRIEF 4 · DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A atração de nómadas digitais não é revitalização rural: o que o trabalho remoto pode e não pode fazer pelas regiões de baixa densidade

Bruno César Alves Marcelino · Preparado: 14/06/2026 · Revisado: 15/06/2026 · Publicado: 15/06/2026
NomadVillage · bruno.marcelino@nomadvillage.global · ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0638-7889>

MENSAGEM-CHAVE

O trabalho remoto pode apoiar o desenvolvimento das zonas rurais e de baixa densidade, mas não pode substituir a política territorial. Sem habitação, serviços, uma economia local funcional, infraestrutura de integração e capacidade institucional, a atração de nómadas digitais continua a ser uma promessa frágil e não uma estratégia de revitalização. As duas dimensões têm de ser concebidas em conjunto.

A promessa: o trabalho remoto como oportunidade para o meio rural

O argumento a favor de atrair teletrabalhadores para as regiões de baixa densidade parte de uma oportunidade real. A visão de longo prazo da Comissão Europeia para as zonas rurais da UE identifica a conectividade, os serviços e a diversificação económica como as condições para reverter o declínio rural, e nomeia explicitamente a ascensão do trabalho remoto como uma tendência estrutural que os territórios rurais podem aproveitar (Comissão Europeia, 2021). A OCDE sustentou que o teletrabalho poderia oferecer às regiões periféricas uma oportunidade real de travar ou reverter a contração demográfica, desde que as condições locais estejam asseguradas (OCDE, 2021). A nível nacional, a Espanha e Portugal criaram ambos vias legais específicas, uma autorização de teletrabalhador de carácter internacional e um visto de nómada digital, respetivamente, que reduzem as barreiras administrativas para as estadias de média e longa duração em zonas de baixa densidade.

A oportunidade é real. Um profissional móvel que passa de quatro a seis meses numa pequena localidade gera consumo direto, ativa habitações vagas, diversifica a economia local e pode gerar efeitos de transbordo cultural e reputacional que perduram para além da estadia. Para os territórios em que qualquer nova atividade económica é bem-vinda, mesmo um fluxo pequeno e sustentado de teletrabalhadores qualificados representa uma mudança significativa.

No entanto, a oportunidade é condicional, e as condições são exigentes. A mesma análise da OCDE que identifica a oportunidade adverte de que os fluxos de trabalho remoto, deixados às forças do mercado, tendem a concentrar-se nos lugares que já dispõem de serviços, equipamentos e redes profissionais sólidas, e não nos territórios mais periféricos ou estruturalmente desfavorecidos (OCDE, 2021). Oportunidade e redistribuição automática não são a mesma coisa.

A evidência: o trabalho remoto não move automaticamente as pessoas para as regiões rurais

O registo empírico é mais cauteloso do que o relato de política pública. Braesemann et al. (2022) analisaram 1,8 milhões de empregos intermediados a distância e verificaram que o trabalho remoto está polarizado ao longo de três eixos, entre países, entre zonas urbanas e rurais dentro de cada país, e entre níveis de qualificação e que o emprego remoto se concentra de facto nas regiões urbanas enquanto as zonas rurais ficam para trás. A sua conclusão central é que as forças de aglomeração implicam que, na ausência de política local ativa, o trabalho remoto reforça mais do que dissolve a divisão urbano-rural (Braesemann et al., 2022).

A modelização espacial preliminar sugere que o trabalho remoto poderia contribuir para reequilibrar o desenvolvimento regional da UE nas condições certas, mas a evidência continua a ser incipiente e dependente do contexto (Kužmar, 2026). A expressão-chave é ‘nas condições certas’: a análise não sustenta a afirmação de que o trabalho remoto gera revitalização rural por defeito. Identifica antes um potencial condicionado que depende da capacidade territorial preexistente da região recetora.

A evidência exploratória do inquérito de pré-registo da NomadVillage reforça esta leitura. As pessoas inquiridas citaram a conectividade à internet como essencial, mas apenas cerca de metade o fez. A natureza e os espaços verdes, um custo de vida acessível, o acesso a serviços básicos, uma comunidade acolhedora e um clima agradável foram mencionados ao lado da conectividade, e em conjunto superam-na em peso. Isto sugere que os teletrabalhadores não procuram simplesmente largura de banda; procuram um lugar habitável. A lacuna entre o que os territórios de baixa densidade costumam oferecer e o que este público realmente procura é maior do que as campanhas de marketing costumam reconhecer.

O que os nómadas digitais podem contribuir

Quando a atração está bem concebida, os teletrabalhadores podem dar um contributo genuíno ao desenvolvimento territorial das zonas de baixa densidade. A sua contribuição opera em pelo menos quatro dimensões.

- **Consumo local direto.** Os residentes de média e longa estadia compram alimentos, serviços e produtos nos negócios locais, gerando receitas que circulam pela economia local e não através de grandes plataformas. A proporção do consumo que permanece no território depende da profundidade e variedade da oferta local, que é em si mesma uma função da política territorial.
- **Ativação de habitações vagas.** Muitos territórios de baixa densidade têm um parque significativo de imóveis subutilizados ou vagos que não geram atividade económica e se deterioram com o tempo. Os arrendamentos verificados, aptos para o trabalho e orientados para residentes de média estadia, podem ativar este parque, proporcionando rendimentos aos proprietários e melhorando o tecido físico das povoações, desde que o processo seja gerido de forma a proteger o acesso local à habitação.
- **Diversificação económica e cultural.** Os teletrabalhadores trazem redes profissionais, competências e contactos de fora do território. Quando a integração é genuinamente apoiada, algumas destas ligações traduzem-se em colaborações locais, atividade empreendedora ou projetos culturais que diversificam a oferta territorial. Hannonen et al. (2023) observaram que as comunidades com presença prolongada de

nómadas começam a ler os teletrabalhadores de longa estadia como ‘novos locais’ e não como turistas, o que aponta para um potencial de integração social duradoura.

- **Visibilidade e reputação territorial.** Os profissionais móveis que partilham a sua experiência, através das redes sociais, redes profissionais ou da recomendação informal contribuem para a camada reputacional de um território. Esta visibilidade pode atrair maior interesse, investimento ou parcerias, embora seja um ativo frágil que depende da qualidade da experiência oferecida.

O que não conseguem resolver

Os limites da atração de teletrabalhadores são tão importantes como o seu potencial. Os territórios não devem confundir um instrumento de política orientado para a procura com uma estratégia de desenvolvimento estrutural.

Declínio demográfico. Os teletrabalhadores são móveis por definição. Os residentes de média estadia não se contabilizam como população permanente, não aparecem nas estatísticas demográficas e não resolvem o problema estrutural de uma população local decrescente e envelhecida. A atração é um fluxo, não um stock. Alguns indivíduos poderão eventualmente fixar-se de forma permanente, e este deve ser um objetivo a médio prazo, mas contabilizar as chegadas como recuperação demográfica é um erro de categoria.

Ausência de serviços básicos. Um território que carece de cuidados de saúde funcionais, abastecimento alimentar, escolaridade ou transportes não pode tornar-se habitável para residentes de média estadia simplesmente adquirindo banda larga e lançando uma campanha de marketing. Os teletrabalhadores que descobrem as lacunas de serviços à chegada partem rapidamente e relatam amplamente a sua experiência. A atração sem serviços é um risco reputacional, não uma oportunidade.

Fraqueza económica estrutural. Os nómadas digitais não criam emprego local no sentido tradicional. Regra geral, não investem na produção local, não contratam trabalhadores locais nem criam empresas locais. O seu consumo sustenta os negócios locais existentes, mas não aborda as condições estruturais, competências, capacidade empresarial, cadeias de fornecimento, redes institucionais que produzem desenvolvimento económico endógeno. A noção de capital territorial de Camagni (2009) torna esta distinção clara: a ativação dos ativos locais requer atores institucionais, não apenas visitantes de passagem.

Baixa capacidade institucional. Os municípios pequenos carecem frequentemente do pessoal, dos sistemas de dados e dos mecanismos de governação necessários para conceber, gerir e monitorizar um programa de atração de teletrabalhadores. Sem esta capacidade, a atração não produz integração nem evidência, e qualquer benefício económico que se materialize não é documentado, escalado nem sustentado. A preparação territorial requer preparação institucional (Marcelino, 2026).

Fragilidade do mercado habitacional. Em mercados habitacionais pequenos e restringidos, mesmo um fluxo modesto de residentes de curta a média estadia com maior poder de compra pode deslocar inquilinos locais e inflar os preços. Este risco foi documentado em contextos urbanos (Cocola-Gant e López-Gay, 2020) e é potencialmente mais agudo nos mercados rurais, onde a oferta total de imóveis habitáveis e aptos para

trabalhar é muito limitada. A atração sem governação habitacional é um risco de política social.

Condições para converter a atração em desenvolvimento territorial

As condições que convertem um fluxo de teletrabalhadores num benefício de desenvolvimento territorial estão bem documentadas na literatura de política pública sobre desenvolvimento de base territorial, coesão rural e capital territorial (Medeiros, 2016; OCDE, 2023). São exigentes e requerem investimento antes de a atração começar.

- 1. Um parque habitacional funcional com governação.** Imóveis vagos ativados para uso de média estadia, com salvaguardas explícitas para proteger o acesso local à habitação e monitorizar os níveis de arrendamento. O parque deve ser apto para o trabalho, conectividade verificada, ergonomia, privacidade e não meramente disponível.
- 2. Uma camada mínima de serviços.** Acesso fiável a alimentação, serviços de saúde básicos, conectividade e transportes suficientes para sustentar a vida quotidiana durante meses, e não dias. Os territórios que ficam abaixo deste limiar devem investir em serviços antes de se promoverem.
- 3. Uma infraestrutura de integração designada.** Pelo menos um facilitador local, um canal de participação comunitária e um plano para ligar as pessoas recém-chegadas aos residentes e às empresas locais existentes. A integração não acontece espontaneamente.
- 4. Capacidade institucional para gerir e monitorizar.** Um ator responsável dentro do município ou da agência regional com o mandato, os dados e o tempo necessários para gerir o programa, acompanhar os seus efeitos e responder aos problemas. A evidência recolhida durante o programa é um investimento para a política futura.
- 5. Inserção numa estratégia territorial mais ampla.** A atração de teletrabalhadores deve ser um componente de uma estratégia que aborde também a política habitacional, a prestação de serviços, o apoio à empresa local e o investimento demográfico a longo prazo. Uma campanha de marketing autónoma não é uma estratégia territorial.

Lista de verificação prática para municípios e agências regionais

- ✓ Avaliar com honestidade a camada de serviços locais antes de lançar qualquer promoção: acesso a cuidados de saúde, abastecimento alimentar, transportes e, quando aplicável, escolaridade.
- ✓ Auditar o parque habitacional em busca de unidades viáveis para média estadia: conectividade verificada, espaço de trabalho presente, geridas de forma a proteger a acessibilidade local.
- ✓ Designar um ator responsável dentro do município para gerir as chegadas, acompanhar o impacto e coordenar com parceiros regionais.
- ✓ Criar pelo menos um canal estruturado para que os teletrabalhadores contribuam para a vida económica e cultural local, e não se limitem a consumi-la.

- ✓ Estabelecer um mecanismo ligeiro de monitorização: variações nos preços da habitação, taxas de vacatura, receitas dos negócios locais e sentir comunitário.
- ✓ Acordar com os parceiros regionais como a atração de teletrabalhadores se articula com a estratégia de desenvolvimento local mais ampla: não deve ser uma iniciativa isolada.
- ✓ Definir uma data de revisão aos três a seis meses para avaliar se a atração está a produzir integração e benefício local, e ajustar ou pausar antes de escalar.

Nota metodológica

O conjunto de dados é de natureza exploratória por conceção. Não representa a totalidade da população de nómadas digitais nem dos territórios de baixa densidade. O seu valor reside em documentar a procura inicial, testar pressupostos conceptuais, identificar padrões de preferência e informar o desenvolvimento de uma abordagem de preparação territorial. Os dados exploratórios do inquérito de pré-registo da NomadVillage são citados apenas onde são diretamente relevantes para o argumento. Todos os valores são proporções descritivas e devem ser lidos como sinais iniciais e não como estimativas representativas. As dimensões de risco analisadas neste policy brief apoiam-se na literatura académica publicada e na evidência de política pública da OCDE e da Comissão Europeia. Não se formulam afirmações causais.

Referências

- Braesemann, F., Stephany, F., Teutloff, O., Kässi, O., Graham, M., & Lehdonvirta, V. (2022). The global polarisation of remote work. *PLOS ONE*, 17(10), e0274630. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0274630>
- Camagni, R. (2009). Territorial capital and regional development. In R. Capello & P. Nijkamp (Eds.), *Handbook of regional growth and development theories* (pp. 118–132). Edward Elgar.
- Cocola-Gant, A., & López-Gay, A. (2020). Transnational gentrification, tourism and the formation of 'foreign only' enclaves in Barcelona. *Urban Studies*, 57(15), 3025–3043. <https://doi.org/10.1177/0042098020916111>
- Comissão Europeia. (2021). *A long-term vision for the EU's rural areas — Towards stronger, connected, resilient and prosperous rural areas by 2040* (COM(2021) 345 final). <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=celex:52021DC0345>
- Hannonen, O., Aguiar-Quintana, T., & Lehto, X. Y. (2023). A supplier side view of digital nomadism: The case of destination Gran Canaria. *Tourism Management*, 97, 104744. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2023.104744>
- Kužmar, S. (2026). From core to periphery? Assessing remote work's potential to rebalance EU regional development [Pré-publicação; conjunto de dados R-MAP]. arXiv. <https://arxiv.org/abs/2604.08252>
- Marcelino, B. C. A. (2026). *Territorial readiness for digital mobility: Why low-density regions need decision-support before attracting remote workers*. NomadVillage Research Series, 1(1). <https://doi.org/10.56365/93n05r98>
- Medeiros, E. (2016). Territorial cohesion: An EU concept. *European Journal of Spatial Development*, (60), 1–30.
- OCDE. (2021). *Implications of remote working adoption on place-based policies*. OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/b12f6b85-en>
- OCDE. (2023). *The surge of teleworking: A new tool for local development?* OECD Publishing. https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2023/09/the-surge-of-teleworking-a-new-tool-for-local-development_6b88f7da/5eb3b9f2-en.pdf